



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

**CONCURSO PÚBLICO N.º 1/GSR/2023 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
PASSAGENS AÉREAS, ALOJAMENTO E SERVIÇOS DE RENT-A-CAR PARA O
ANO DE 2024 – SRMP”**

**AO ABRIGO DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO,
QUE APROVA O REGIME JURIDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES E DO DISPOSTO NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS,
APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO**

VOLUME II - CADERNO DE ENCARGOS

Tomo I – Cláusulas Jurídicas

Tomo II –Cláusulas Técnicas

DEZEMBRO 2023



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

ÍNDICE

TOMO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Objeto.....	3
Disposições por que se rege a aquisição de serviços	3
Obrigações principais do cocontratante	4
Obrigações relativas ao objeto do contrato	5
Local da execução dos serviços	6
Prazo da prestação de serviços	6
Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato.....	7
Proteção de dados pessoais	7
Preço contratual	8
Condições de pagamento	8
Modificação objetiva do contrato	9
Cessão da posição contratual e subcontratação	10
Sanções contratuais.....	11
Impedimentos na execução do contrato.....	11
Força Maior	12
Resolução do contrato pelo contraente público	13
Resolução do contrato pelo cocontratante	13
Deveres de informação	14
Dever de Sigilo.....	14
Prazo do dever de sigilo	15
Deveres de colaboração recíproca e informação.....	15
Direitos de propriedade intelectual	15
Caução	16
Gestor do contrato	16
Seguros	16
Foro competente	16
Comunicações e notificações	17
Contagem dos prazos	17
Legislação aplicável.....	17



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

TOMO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS..... 18



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

TOMO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto a aquisição de serviços de passagens aéreas e alojamento para o ano de 2024, em território regional, nacional e no estrangeiro, em regime de fornecimento contínuo para a Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP), a que acresce a prestação de serviços de rent-a-car, para o Gabinete do Secretário e para a realização de ações inspetivas da Inspeção Regional das Pescas e de usos Marítimos (IRP) na Região Autónoma dos Açores (RAA), pessoa coletiva com o número 600086402, que inclui o “Centro Comum do Gabinete do Secretário Regional” e “Centro Comum da IRP”.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

1. A execução da prestação de serviços obedece:

a) Às cláusulas do presente Caderno de Encargos e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante.

Por contraente público entende-se a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, NIPC 600 086 402.

Por cocontratante entende-se a entidade com quem foi contratada a realização da prestação de serviços em referência.

b) Ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, com a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril;

c) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as sucessivas alterações;

d) Ao Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, e demais legislação conexa;

e) À restante legislação portuguesa e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita a fornecimento de bens de consumo, prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, Previdência Social, segurança no trabalho;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos;

e) A proposta adjudicada;

f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, aplicam-se as regras de prevalência definidas pelos números 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

4. Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o cocontratante obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com os trabalhos a realizar.

5. Além dos documentos normativos indicados neste caderno de encargos, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos serviços a prestar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou detentoras de patentes.

6. O contraente público pode, em qualquer momento, exigir ao cocontratante a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, nas cláusulas jurídicas e técnicas, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante a obrigação principal de fornecimento dos serviços objeto do contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Cláusula 4.^a

Obrigações relativas ao objeto do contrato

1. O cocontratante obriga-se a prestar os seguintes serviços, especificados nas cláusulas técnicas do caderno de encargos:

a) **Serviços de transportes aéreos:** consulta, reserva e emissão de passagens aéreas regionais, nacionais e internacionais e eventuais alterações e/ou cancelamentos.

b) **Serviços de alojamento:** consulta, reserva e emissão de vouchers de alojamento em território regional, nacional e estrangeiro, incluindo os respeitantes a viagens de transportes aéreos que impliquem a realização de escala com necessidade de alojamento e eventuais alterações e/ou cancelamentos.

c) **Serviços de assistência permanente** aos titulares das passagens aéreas, desde a origem até ao destino, bem como para o percurso inverso, durante o período de execução da prestação de serviços.

d) **Serviços de aluguer de viaturas (Rent-a-Car):** consulta, reserva e emissão de vouchers de aluguer de viaturas na RAA, para o “Centro Comum do Gabinete do Secretário Regional” e para o “Centro Comum da IRP”.

2. O procedimento compreende os seguintes grupos de serviços:

2.1. Serviços de transportes aéreos com os seguintes segmentos:

a) Região Autónoma dos Açores - Lisboa - Região Autónoma dos Açores;

b) Região Autónoma dos Açores - Porto - Região Autónoma dos Açores;

c) Região Autónoma dos Açores - Faro - Região Autónoma dos Açores;

d) Região Autónoma dos Açores - Lisboa e/ou Porto e/ou Faro - Estrangeiro - RAA

e) Inter-Ilhas na Região Autónoma dos Açores;

f) Região Autónoma dos Açores - Região Autónoma da Madeira - Região Autónoma dos Açores.

2.2. Serviços de alojamento:

Alojamentos em hotéis de 3 ou 4 estrelas, dependendo do utilizador e da disponibilidade do local de estada, com pequeno-almoço incluído, quer na Região Autónoma dos Açores/Região Autónoma da Madeira/restante território nacional, quer no estrangeiro, incluindo para todas as viagens de transportes aéreos que impliquem a realização de escala até chegar ao destino, bem como no regresso até à origem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

2.3. **Serviços de assistência permanente:** de acordo com ponto II- Níveis de serviço do Tomo II, cláusulas técnicas.

2.4. **Serviços de aluguer de viaturas (Rent-a-Car),** tendo em consideração o seguinte:

a) A prestação deste serviço, pode ser solicitada, independentemente da prestação de outros serviços contratados.

b) Tipo de viaturas: - ligeiro de 4/5 lugares.

3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais técnicos e/ou informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, obrigando-se a assegurar que todos os meios humanos utilizados coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na prestação dos serviços objeto do contrato, no âmbito da sua capacidade profissional.

4. Correm por conta do adjudicatário todas as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

5. É aplicável ao contrato, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos ao regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens.

6. O cocontratante obriga-se a garantir que o trabalho a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observa todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

7. O cocontratante deve realizar todos os serviços necessários à prossecução do objeto do contrato, sendo responsável perante o contraente público por qualquer falta de conformidade dos serviços objeto do contrato que exista no momento em que os mesmos lhe são prestados.

Cláusula 5.^a

Local da execução dos serviços

Os serviços objeto do contrato são executados, com vista à partida e chegada dos colaboradores do contraente público, na Região Autónoma dos Açores.

Cláusula 6.^a

Prazo da prestação de serviços

1. A prestação de serviços é executada após a assinatura do contrato e respetiva publicação no Portal Base, entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

2. O contrato caduca automaticamente faturados e pagos os serviços prestados até ao limite do preço contratual.

3. Caso o montante máximo da despesa autorizada não tenha sido atingido, e estando a decorrer novo procedimento, o contrato pode manter-se em vigor até atingir aquele valor.

4. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

5. O prazo previsto no n.º 1 da presente Cláusula pode ser prorrogado por iniciativa do contraente público ou a requerimento do cocontratante, desde que devidamente fundamentado, ou na sequência da ocorrência de uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou por facto alheio à responsabilidade do cocontratante, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º do CCP.

Cláusula 7.ª

Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

6. O prestador de serviços obriga-se a cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do n.º 2 do artigo 451.º do CCP.

7. Caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, o cocontratante apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

8. O cocontratante assume e responsabiliza-se por quaisquer consequências pela prestação de falsas declarações no que concerne ao vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato e ao cumprimento do artigo 419.º - A do CCP.

Cláusula 8.ª

Proteção de dados pessoais

1. O contratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.

2. Quando solicitado, o cocontratante obriga-se a apresentar ao contraente público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Cláusula 9.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços constantes do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do convite e do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço relativo a cada serviço prestado, atento o desconto proposto, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **88.000,00 € (oitenta e oito mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável, ou superior ao preço da proposta adjudicada, caso aquela seja inferior, para o período total de execução do contrato, entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, considerando o seguinte preço base por Centro de Custos:

a) 51.000,00 € (cinquenta e um mil euros) para o “Centro Comum do Gabinete do Secretário Regional”, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável;

b) 37.000,00 € (trinta e sete mil euros) para o “Centro Comum da IRP”, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.

3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos, despesas e valores constantes na proposta adjudicada, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1. Em conformidade com a proposta adjudicada, o pagamento do preço contratual é efetuado após a prestação dos serviços objeto do contrato, a ser ajustado ao custo efetivo das passagens, alojamento e serviços de rent-a-car, não podendo ultrapassar o preço adjudicado, para o período de execução do contrato.

2. Os pagamentos são efetuados mediante a apresentação da respetiva fatura.

3. A faturação deve ser distinta para o alojamento, transporte aéreo e serviços de rent-a-car, devendo ficar expressamente discriminadas na faturação do transporte aéreo todas as taxas aplicáveis relativas à deslocação.

4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

5. Para os efeitos do disposto no número anterior a obrigação considera-se cumprida com a conclusão da respetiva viagem que pode ou não incluir o alojamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

6. As faturas têm que discriminar a informação referente a cada participante, incluindo o respetivo percurso e eventuais alojamentos, não se iniciando o prazo referido no número 1 enquanto não for recebida aquela informação.

7. Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do contrato ser publicitado, nos termos do previsto no artigo 465.º do CCP.

8. O contraente público pode deduzir nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:

- a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;
- b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

9. O contrato não está sujeito a revisão de preços.

10. Não são efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.

11. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

MODIFICAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 11.^a

Modificação objetiva do contrato

1. O contraente público pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.

2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato, o contrato pode ser modificado:

a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato;

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes, caso em que a modificação também pode ocorrer por ato administrativo do contraente público.

3. Nos casos previstos nos números anteriores, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

financeiro do contrato nos termos dos artigos 282.º e 314.º, ambos do CCP.

Cláusula 12.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação, só podem ocorrer nos termos e com os limites dos artigos 317.º e 318.º do CCP.

2. A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem sempre da autorização do contraente público.

3. Para que exista autorização por parte do contraente público, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação, constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 318.º do CCP, incluindo:

a. Contrato celebrado entre o cocontratante e o subcontratado, que identifique as partes, o objeto do contrato e o preço.

b. Documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução não submetidos à concorrência, contenham os termos ou condições aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, a saber:

i. Comprovativo de registo no Registo Nacional das Agências de Viagens e Turismo (RNAVT);

ii. Declaração comprovativa de acesso a um sistema de distribuição global (GDS – Global Distribution System);

iii. Comprovativo de acreditação pela International Air Transport Association (IATA);

iv. Documento onde conste os contactos do gestor do cliente, para contatos durante 24 horas, 5 dias por semana, no âmbito de questões técnicas/comerciais decorrentes da prestação do serviço.

c. Documentos de habilitação constantes do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 81.º do CCP e Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;

i. Declaração do Anexo III constante do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;

ii. Certificado de registo criminal da empresa e titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções, conforme certidão permanente:

iii. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;

iv. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

- d. Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente.
- e. Comprovativo da declaração validada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e o respetivo código.

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.^a

Sanções contratuais

1. No caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao cocontratante, pode o contraente público exigir, até ao fim da prestação dos serviços ou à resolução do contrato, uma pena pecuniária equivalente a 1‰ do valor do contrato por cada dia de incumprimento.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária equivalente ao somatório das prestações realizadas defeituosamente e das prestações que ficam por realizar pelo cocontratante em virtude da resolução, mas nunca inferior a 10 % do valor do contrato, nos termos da cláusula 16.^a.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

4. Pela violação das disposições relativas à proteção de dados pessoais tratados pela Entidade Adjudicante, o valor correspondente à sanção que seja aplicada à Entidade Adjudicante ou até 20% do valor do contrato quando seja detetável incumprimento das disposições técnicas e organizativas adequadas à proteção da informação do titular dos dados que sejam legalmente aplicáveis, ainda que não haja sancionamento da Entidade Adjudicante.

5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 14.^a

Impedimentos na execução do contrato

Sempre que o cocontratante sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ocorrência, informar o contraente público de modo a este ficar habilitado a tomar providências que estejam ao seu alcance.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Cláusula 15.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior, caso de justifique a manutenção do serviço a prestar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Cláusula 16.^a

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o contraente público pode resolver o contrato por razões de interesse público, com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias e ainda, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) Quando o atraso, total ou parcial, no fornecimento dos serviços objeto do contrato exceder os 3 (três) dias ou cocontratante declarar por escrito que o atraso na prestação de serviços excederá esse prazo;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- c) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- d) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;
- e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato.

f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

- g) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

2. Nos casos previstos nas alíneas do número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas.

3. A resolução exerce-se por declaração escrita do contraente público ao cocontratante e produz efeitos 10 (dez) dias após a receção dessa declaração, mas é afastado se o cocontratante cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das sanções pecuniárias aplicáveis.

Cláusula 17.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do contraente público,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de 24 horas após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 19.^a

Dever de Sigilo

1. O cocontratante garante o sigilo, quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, que os seus técnicos venham a ter conhecimento, relacionadas com a atividade do contraente público ou qualquer entidade direta ou indiretamente a ele ligado por qualquer via, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação ou não com a execução do contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

2. O cocontratante deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao cocontratante.

3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não seja o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, o mesmo se aplicando a quaisquer informações ou documentação que vierem a ser do conhecimento ou transmitidas ao cocontratante involuntariamente.

4. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:

a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o cocontratante de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável;

b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do cocontratante e não sejam objeto de restrições ou limitações;

c) Os documentos e informações recebidas pelo cocontratante de terceiros que não exijam ao cocontratante compromisso de confidencialidade.

Cláusula 20.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 21.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias á boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 22.^a

Direitos de propriedade intelectual

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer custos ou encargos decorrentes da incorporação no objeto contratual, ou da utilização no mesmo, de elementos de construção, de hardware, de software



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, destinos, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, no âmbito do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 23.^a

Caução

É inexigível a prestação de caução dado o preço contratual ser inferior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), nos termos do número 2 do artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

Cláusula 24.^a

Gestor do contrato

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, a gestora do contrato para o “Centro Comum do Gabinete do Secretário Regional”, é Isabel Cardoso, assistente técnica da Direção Regional das Pescas, e do “Centro Comum da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos (IRP)”, é Rui Silva, assistente técnico da IRP.

Cláusula 25.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à execução do contrato a celebrar, nos termos enunciados no Tomo II – Cláusulas Técnicas.

2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 26.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27.^a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, através de correio, correio eletrónico ou fax.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:

- a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;
- b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 29.^a

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação atualizada de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e nos termos das Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro e nas alterações do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho, Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro e Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, bem como, o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril (RJCPRAA) e restante legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

TOMO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

I - Requisitos técnicos e funcionais da prestação de serviços:

O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos obrigatórios:

- a) Requisitos constantes na tabela abaixo, com a designação – “descrição da prestação de serviços de viagens e alojamento”;
- b) Aconselhamento na gestão dos orçamentos de viagens e alojamento;
- c) Garantia de aplicação da política de viagens da entidade adjudicante;
- d) Negociação com fornecedores e deteção de novas oportunidades de poupança;
- f) Controlo dos desvios face aos objetivos e implementação de ações corretivas;
- g) Coordenação com o Gestor do Contrato para assegurar uniformidade dos serviços;
- h) Acompanhamento contínuo da qualidade do serviço;
- i) Ser acreditado pela Internacional Air Transport Association (IATA);
- j) Manter acesso a um sistema de distribuição global (GDS – Global Distribution System);
- k) Prestar atendimento telefónico, por correio eletrónico e presencial.

II – Níveis de serviço:

O adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes níveis de serviço:

- a) Garantir atendimento presencial, todos os dias úteis, das 9:00 às 18:00;
- b) Garantir atendimento telefónico, todos os dias úteis, durante 24:00;
- c) Garantir atendimento por correio eletrónico todos os dias úteis das 9:00 às 20:00, assegurando um tempo máximo de 1 hora para envio de confirmação de receção de pedidos por correio eletrónico;
- d) Garantir uma taxa de erros e/ou enganos inferiores a 1%, na faturação e em quaisquer outras situações que não cumpram, por motivo imputável ao adjudicatário, as especificações exigidas e pedidos efetuados pela entidade adjudicante;
- e) Garantir que as respostas às reclamações e sugestões são inferiores a cinco dias;
- f) Assegurar a existência de um gestor de cliente, que possa ser contactado todos os dias úteis, durante 24:00, no âmbito de questões técnicas e/ou comerciais decorrentes da prestação de serviços.
- g) Além dos níveis referidos nas alíneas anteriores, o adjudicatário obriga-se ainda a garantir o prazo máximo de 6 horas para entrega de orçamentos, sendo este prazo reduzido para 3 horas em casos urgentes ou imprevistos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

Tabela - Descrição da Prestação de Serviços de Viagens, Alojamento e Rent-a-car
1. Transporte Aéreo:
1.1. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, com a apresentação de 3 possíveis orçamentos;
1.2. Apresentação de opções de voos diretos sempre que estes estejam disponíveis;
1.3. Apresentação de opções de low-cost sempre que estas estejam disponíveis, que permitam alteração de datas, sem penalização;
1.4. Reservas e emissões de passagens aéreas;
1.5. Emissão de bilhetes eletrónicos e envio para a entidade adjudicante através de correio eletrónico;
1.6. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, aeroportos, etc.;
1.7. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adquirente calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final;
1.8. Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o utilizador possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado;
1.9. Negociação de um desconto sobre a tarifa sem restrições em classe económica para destinos específicos, para do contraente público;
1.10. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com companhias aéreas no âmbito de contratos preferenciais que o Governo Regional dos Açores ou o contraente público detenham a nível regional nacional ou estrangeiro;
2. Alojamento:
2.1. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de alojamento mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, preferencialmente em hotéis de 3 estrelas com pequeno-almoço incluído, com exceção de comunicação prévia do contraente público. A reserva de hotéis com mais de 3 estrelas só poderá ocorrer quando o utilizador tenha direito a esse tipo de alojamento, quando não exista alojamento em hotel de 3 estrelas no concelho de destino ou quando valor do alojamento seja igual ou inferior ao da unidade hoteleira de 3 estrelas.
2.2. Privilegiar opções de alojamento próximas do local do evento;
2.3. Reserva e emissão de vouchers de alojamento em território regional, nacional e estrangeiro;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Gabinete de Planeamento
Divisão de Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo

2.4. Emissão e envio para entidade adquirente de vouchers eletrónicos, sempre que seja possível;
2.5. Disponibilização de toda a informação útil sobre o alojamento, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, transporte e outras que sejam consideradas convenientes;
2.6. Disponibilização de informação sobre o alojamento (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o utilizador possa verificar todos os dados do alojamento de acordo com o solicitado;
2.7. Negociação de tarifas preferenciais em unidades hoteleiras, para utilização do contraente público;
2.8. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com unidades hoteleiras no âmbito de contratos preferenciais que o Governo Regional dos Açores ou o contraente público detenham a nível regional, nacional ou estrangeiro.
3. Aluguer de Viaturas (Rent-a-Car)
3.1. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
3.2. Reserva e emissão de vouchers de aluguer de viaturas em território regional;
3.3. Emissão e envio para a entidade adquirente de vouchers eletrónicos sempre que seja possível;
3.4. Disponibilização de toda a informação útil sobre o aluguer, incluindo serviços incluídos, como por exemplo, moradas, seguro;
3.5. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adquirente calcular o custo total de viagem, desde o início da viagem até ao destino final;
3.6. Disponibilização de informação sobre o aluguer de viaturas (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar todos os dados do aluguer de acordo com o solicitado;
3.7. Negociação de tarifas preferenciais com empresas de rent-a-car, para utilização da entidade adquirente.